

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 06/2024**

**Área requisitante: Setor Elétrico**

**Modalidade: REGISTRO DE PREÇOS**

### **1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

1.1. Através da análise do Documento de Oficialização de Demanda e consulta à área requisitante, foi identificada a seguinte necessidade:

**Registro de preços para eventual e futura aquisição de bombas, peças e mão de obra especializada para reforma de bombas Leão (motobombas submersas de poço artesiano), catálogo, desta Autarquia.**

Cabe ressaltar que os itens listados nesse ETP são considerados “comuns”, pois se enquadram na classificação nos termos do item XIII, do art. 6º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”.

1.2. A aquisição de motobombas submersas, peças e mão de obra para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) é fundamental por diversos motivos:

1.2.1. Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água: As motobombas submersas desempenham um papel crucial no bom funcionamento do sistema de abastecimento de água do SAAE. Elas são responsáveis por bombear água de reservatórios subterrâneos ou poços para as redes de distribuição, garantindo o fornecimento contínuo de água potável para a população.

1.2.2. Garantia da Qualidade da Água: Ao manter um sistema de bombeamento eficiente, o SAAE assegura que a água distribuída à população atenda aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelos órgãos reguladores, prevenindo a ocorrência de problemas de saúde relacionados à qualidade da água.

1.2.3. Prevenção de Enchentes e Inundações: Em sistemas de esgoto, as motobombas submersas são essenciais para bombear água e resíduos para fora das redes de esgoto, prevenindo enchentes e inundações que podem causar danos às propriedades e ao meio ambiente.

1.2.4. Redução de Perdas de Água: Um sistema de bombeamento eficiente contribui para a redução de perdas de água no sistema de distribuição, ajudando o SAAE a cumprir suas metas de eficiência operacional e sustentabilidade ambiental.

1.2.5. Atendimento a Demandas Emergenciais: A disponibilidade de motobombas submersas, peças e mão de obra capacitada permite ao SAAE responder de forma rápida e eficaz a situações de emergência, como vazamentos, rupturas de redes ou falhas no sistema de bombeamento.

1.2.6. Manutenção Preventiva e Corretiva: A aquisição de peças e a contratação de mão de obra especializada são essenciais para a realização de manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos de bombeamento, prolongando sua vida útil e evitando paralisações não planejadas que poderiam afetar o abastecimento de água e o tratamento de esgoto.

Portanto, a aquisição de motobombas submersas, peças e mão de obra para o SAAE é crucial para garantir a operacionalidade e a eficiência dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida da população atendida pelo serviço.

1.3. A aquisição de motobombas submersas, peças e mão de obra para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) é indiscutivelmente fundamental para o interesse público por várias razões:

1.3.1. Abastecimento de Água: O SAAE é responsável por garantir o abastecimento de água potável para a população. As motobombas submersas são essenciais para extrair água de fontes subterrâneas, como poços, para distribuição às residências, empresas e instituições. Sem esses equipamentos, muitas comunidades poderiam ficar sem acesso à água potável, prejudicando seriamente a saúde e o bem-estar dos cidadãos.

1.3.2. Tratamento de Esgoto: O SAAE também é encarregado do tratamento de esgoto, garantindo que resíduos sejam adequadamente processados e tratados antes de serem devolvidos ao meio ambiente. Motobombas submersas são utilizadas para movimentar e tratar esses efluentes, protegendo assim a saúde pública e o meio ambiente contra contaminação por poluentes.

1.3.3. Prevenção de Desastres: Manter um sistema de bombeamento eficiente é crucial para prevenir desastres naturais, como inundações e enchentes. As motobombas submersas ajudam a drenar áreas propensas a alagamentos, protegendo propriedades, infraestrutura e vidas humanas.

1.3.4. Desenvolvimento Econômico: O acesso à água potável e saneamento básico é essencial para o desenvolvimento econômico de uma região. Empresas e indústrias dependem de fornecimento de água adequado para operar, enquanto a falta de saneamento básico pode afetar negativamente a produtividade e a saúde dos trabalhadores.

1.3.5. Qualidade de Vida: Água limpa e saneamento básico são pilares fundamentais para uma boa qualidade de vida. Garantir o acesso a esses recursos básicos é uma responsabilidade do poder público, e a aquisição de motobombas submersas, peças e mão de obra pelo SAAE é parte integrante desse compromisso. Em resumo, a aquisição desses equipamentos e serviços pelo SAAE é essencial para atender às necessidades básicas da população em termos de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto, promovendo assim o interesse público, a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas.

## **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A Autarquia não possui o Plano de Contratações Anual (PCA). Há as dotações orçamentárias 17.512.0001.5.004 4490 52 F/39 – AMPLIAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO DO SETOR DE ÁGUA – Equipamento e Material Permanente; 17.512.0008.6.017 3390 30 F/52 – MANUTENÇÃO DE BOMBAS E MOTOBOMBAS – Material de consumo; 17.512.0008.6.017 3390 39 F/53 – MANUTENÇÃO DE BOMBAS E MOTOBOMBAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## **3 – OBJETO**

**Aquisição de bombas, peças e mão de obra especializada para reforma de bombas Leão (motobombas submersas de poço artesiano), catálogo, desta Autarquia.**

#### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Com a finalidade de otimizar a gestão contratual, foram feitos dois lotes, sendo o primeiro indivisível, haja vista que os objetos são correlatos. Havendo um único licitante, o vencedor desses itens garante a eficiência da manutenção, evitando possíveis transtornos logísticos.

4.2. Das obrigações da contratante:

- a) Emitir Autorização de Fornecimento;
- b) Atestar a entrega do(s) produto(s)/serviço(s) contratado no documento fiscal correspondente, após rigorosa conferência e comprovada a entrega total, fiel e correta do(s) produto(s)/serviço(s);
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;
- d) Fiscalizar a execução da compra e entrega dos produtos/serviço(s) constantes na tabela do item 5, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- e) Rejeitar todo e qualquer produto(s)/serviço(s) de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Estudo Técnico Preliminar;
- f) Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na aquisição do(s) produto(s)/serviço(s), inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

4.3. Das obrigações da contratada:

- a) Entregar os produtos/serviços em conformidade com a descrição técnica de igual ou superior qualidade;
- b) Trocar de imediato e às expensas o produto/serviço em que se verifiquem irregularidades, sem ônus para a Autarquia;
- c) A execução deverá ser efetuada mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, e-mail, ofício, devendo dela constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável;
- d) Cumprir todas as obrigações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência;
  - Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto/material;
  - Observar, atender, respeitar, cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- e) Informar para a tesouraria do SAAE os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: [saaetesouraria@hotmail.com](mailto:saaetesouraria@hotmail.com)
- f) Responsabilizar-se pela qualidade do produto/serviço, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e às suas expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.
- g) Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

h) Não haverá exigência de garantia da contratação dos Artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelo curto prazo da contratação e pelas suas características.

i) As peças de substituição deverão ser genuínas, com chancela da fabricante dos conjuntos motobombas, podendo esta Autarquia, a qualquer momento, exigir apresentação de nota fiscal que garanta a procedência das peças substituídas;

j) A tabela da fabricante que incidirá desconto para aquisição de novas peças será a vigente no momento do empenhamento;

k) A licitante vencedora se encarregará de enviar a(s) tabela(s), e sempre que houver atualização por parte da fabricante, enviar a última disponibilizada;

l) Por se tratar de **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL SOBRE TABELA/CATÁLOGO POR LOTE**, o desconto é linear – o mesmo índice de desconto percentual, para todos os itens de cada lote; e portanto, **TODOS OS ITENS DA PROPOSTA** têm que estar acima do percentual mínimo cotado por esta Autarquia;

m) As motobombas direcionadas para manutenção deverão ser retiradas e entregues pela CONTRATADA, às suas expensas, no Almoxarifado desta Autarquia, respondendo por todos os ônus referentes à entrega/descarregamento do(s) produto(s);

#### 4.4. Das infrações administrativas e sanções

a) Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- \* Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- \* Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- \* Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

- \* Deixar de apresentar amostra;

- \* Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- \* Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

c) Fraudar a licitação;

d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

- Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 2013;
- g) Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Autarquia poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- Advertência;
  - Multa;
  - Impedimento de licitar e contratar
  - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- h) Na aplicação das sanções, serão considerados:
- A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - As peculiaridades do caso concreto;
  - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - Os danos que dela provierem para a Autarquia;
  - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- i) A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Autarquia, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.
- j) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- k) Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- l) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas na alínea a) do Item 5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- m) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas a), b), c), d) e) e f) do Item 5, bem como pelas infrações administrativas previstas na alínea a) do Item 5, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021.
- n) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Autarquia, descrita na alínea a) do Item 5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- o) A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão



composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

p) Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

q) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do seu recebimento.

r) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

s) A aplicação das sanções previstas neste Estudo Técnico Preliminar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da reparação integral dos danos causados.

#### 5. Sustentabilidade na contratação

a) Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle. Assim, ao se exigir que a contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora, já satisfaz as condições de sustentabilidade aplicadas a essa questão, conforme a seguir:

- Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

### 5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A descrição, bem como o respectivo quantitativo a ser contratado está descrito a seguir:

LOTE 1			
Item	Código	Descrição	Unidade
1	10700296-1	Peças para reforma de motobombas Leão (motobombas submersas de poço artesiano) catálogo.	peça
2	20400061-1	Mão de obra para reforma em motobombas Leão (motobombas submersas de poço artesiano). Tabela 2017	serviço
LOTE 2			
Item	Código	Descrição	Unidade

1	10106837-1	Conjuntos novos de motobombas Leão (motobombas novas contidas no catálogo de preços do fabricante)	conjunto
---	------------	--	----------

## 6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Segundo a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, Art. 23, Parágrafo 1º, “No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro:

I – pesquisa direta feita com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal, de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Destaca-se, conforme Anexo “Pesquisa de preços”, não se localizou preços praticados por outros órgãos e em rede de internet, devido à especificidade do objeto licitado.

## 7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A partir dos preços obtidos, o critério de julgamento a ser adotado será o de maior desconto:

LOTE 1				
Item	Código	Descrição	Unidade	Desconto
1	10700296-1	Peças para reforma de motobombas Leão (motobombas submersas de poço artesiano) catálogo.	peça	18%
2	20400061-1	Mão de obra para reforma em motobombas Leão (motobombas submersas de poço artesiano). Tabela 2017	serviço	10%
LOTE 2				
Item	Código	Descrição	Unidade	Desconto
1	10106837-1	Conjuntos novos de motobombas Leão (motobombas novas contidas no catálogo de preços do fabricante)	conjunto	12%

O valor estimado anual para a aquisição de peças será de R\$100.000,00 (cem mil reais). Para a aquisição de novos conjuntos de motobombas, o valor estimado anual será de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Para a contratação de serviços de mão de obra para a reforma em motobombas, o valor estimado anual será de R\$100.000,00 (cem mil reais).

## **8 – ANÁLISE DE RISCOS**

Os possíveis riscos da contratação estão descritos no anexo “Mapa de Riscos”.

## **9 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Espera-se que as motobombas sejam supridas das peças necessárias para seus consertos e retornem ao pleno funcionamento, continuando a garantir o abastecimento de água da população formiguense, sem intercorrências.

## **10 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO**

Em regra, conforme inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022, as prestações de serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

No entanto, no caso específico constante deste Estudo Técnico Preliminar, não haverá parcelamento nem de serviços, nem de pagamento. Haja vista que a CONTRATADA retirará os equipamentos que necessitam de manutenção e os devolverá à Autarquia, às suas expensas, assim que o conserto for concluído.

## **11 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Espera-se com essa contratação, atender e satisfazer as demandas desta Autarquia, contribuindo com a eficácia e economicidade na referida contratação.

## **12 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não se vislumbram necessidades de adequações aos ambientes para prestação de serviço contratada.

## **13 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não haverá a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

## **14 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

A Autarquia não possui o PLS – Plano de Logística Sustentável. Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de



sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle, conforme item 4 – V. A contratação é viável desde que todos os parâmetros apontados neste documento sejam atendidos.

## **15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Declaro ser favorável ao prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade, em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da área requisitante.

Analisa-se essa contratação como viável e essencial à instituição, sendo previsto no planejamento orçamentário do órgão os devidos recursos envolvidos e observados os procedimentos para acompanhamento e fiscalização do contrato.

Em função de todos os itens apontados neste ETP, da iminente necessidade da contratação com o planejamento do Setor de Compras desta Autarquia, declaro que a contratação é viável.

Formiga(MG), 15 de Janeiro de 2024.

---

Altair Cordeiro Costa  
Chefe do Setor de Manutenção Elétrica